



As mulheres no semiárido brasileiro: contribuições das trabalhadoras rurais para a sustentabilidade na região do Cariri Oeste

Women in the Brazilian semi-arid region: contributions of rural workers to sustainability in the Cariri Oeste

Milanya Ribeiro da Silva¹; Doris Aleida Villamizar Sayago²

Recebido: 07/10/2023. Aceito: 27/11/2023

Resumo

Pouca atenção é dada às transformações operadas por alguns grupos para um desenvolvimento que seja sustentável. Dentre os grupos invisibilizados pelos atuais modelos de desenvolvimento está o de mulheres trabalhadoras rurais. Por essa razão, o objetivo deste trabalho é resgatar as falas de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no Semiárido brasileiro e identificar suas contribuições para repensar as atividades produtivas nessa região. O método escolhido para a pesquisa foi o da história oral de vida, com realização de um estudo empírico na Região do Cariri Oeste, localizada no interior do Ceará, Nordeste do Brasil. Ao todo foram feitas 32 entrevistas. As atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas demonstraram maior capacidade de adaptação à realidade do Semiárido, permitindo o uso racional dos bens naturais e diversificação da renda familiar. Como consequência, nos períodos recentes de estiagem as atividades agropecuárias realizadas por essas mulheres contribuíram para a permanência delas e de suas famílias em suas comunidades.

Palavras-chave: Mulheres Trabalhadoras Rurais. Desenvolvimento Sustentável. Semiárido. Cariri Cearense.

Abstract

Little attention is paid to the transformations carried out by some groups towards sustainable development. Among the groups made invisible by current models of development is rural women workers. For this reason, the objective of this work is to rescue the speeches of rural women workers who live in the Brazilian semi-arid region and to identify their contributions to rethinking the productive activities in this region. The method chosen for the research was the oral history of life, with an empirical study being carried out in the Cariri Oeste Region, located in the interior of Ceará, Northeast Region of Brazil. A total of 32 interviews were conducted. The activities carried out by the women interviewed showed a greater ability to adapt to the reality of the Semi-arid Region, allowing for the rational use of natural assets and diversification of family income. As a consequence, in recent periods of drought, the agricultural activities carried out by these women have contributed to their and their families staying in their communities.

Keywords: Rural Women Workers. Sustainable Development. Semi-arid. Cariri Cearense.

¹ Professora da Universidade Federal do Cariri (UFCA); Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB); Email: milanya.ribeiro@ufca.edu.br

² Professora da Universidade de Brasília (UnB); Doutora em Sociologia (UnB); Email: doris.sayago@gmail.com



1. Introdução

A década de 1970 foi marcada por discussões acerca dos modelos de desenvolvimento adotados até então e os danos causados ao meio ambiente. A pressão sobre a natureza, decorrente do crescimento demográfico, do crescimento econômico e do nível de consumo e impactos do progresso científico e tecnológico, levaram a uma maior preocupação com as questões ambientais. Reflexo disso foi o aumento dos movimentos sociais em defesa da ecologia, a publicação de obras pioneiras que alertavam sobre os riscos para a continuidade da vida na terra e de conferências internacionais promovidas pela ONU para debater sobre meio ambiente e desenvolvimento (Bursztyn & Bursztyn, 2012).

Diante de tais preocupações, emergiram discussões teóricas e publicações que se debruçaram sobre três reflexões centrais: as críticas ao industrialismo (Gorz, 2005; Illich, 1973; Schumacher, 1973), as inter-relações entre ser humano e natureza (Meadows et al, 1973; Meadows, Meadows & Randers, 2007; Naess, 1973; Georgescu-Roegen, 1971; Boulding, 1966) e os riscos sociais e ambientais (Beck, 2011; Giddens, Lash & Beck, 1997; Castoriadis & Cohn-Bendit, 1981; Moscovici, 2007). Discussões que reuniram estudiosos de diferentes áreas, identificaram diversos problemas e propuseram uma variedade de alternativas com vistas à proposição de novos modelos de desenvolvimento pautados na busca pela sustentabilidade.

Apesar de uma visão hegemônica ainda presente nas discussões sobre desenvolvimento, existem estudos que seguem na contramão. Tais propostas partem de alternativas construídas a partir de baixo, já que há problemas que o paradigma da modernidade ocidental buscou resolver, porém esses permanecem sem solução e tornaram-se mais urgentes. Uma tentativa para sairmos dessa situação seria o processo de tradução, ou seja, reunir saberes e práticas fortes que consigam ofertar alternativas, que hoje sejam possíveis e estejam disponíveis, para a elaboração de um futuro melhor (SOUSA SANTOS, 2002). A teoria ecossocioeconômica se configura como uma dessas abordagens, buscando evidenciar práticas cotidianas empregadas por grupos, comunidades que valorizam as capacidades humanas locais e o uso equilibrado dos bens naturais (SAMPAIO, 2010).

Diante de todos os problemas que as concepções predatórias e excludentes de desenvolvimento trazem, podemos destacar a pouca atenção que é dada à voz, às reivindicações e às transformações que alguns grupos realizam em suas localidades. Um desses grupos invisibilizado pelos atuais modelos de desenvolvido é o de mulheres que vivem em áreas rurais. Portanto, o objetivo deste trabalho é resgatar as falas de mulheres trabalhadoras rurais que



vivem no Semiárido brasileiro e identificar suas contribuições para repensar as atividades produtivas nessa região. No contexto do Semiárido, região com formação histórica peculiar e marcada pela exclusão, as mulheres sertanejas ficaram conhecidas como as viúvas da seca, pois permaneceram no sertão quando os homens migraram para as regiões Sul e Sudeste do país à procura de emprego, durante os períodos de estiagem.

Segundo Chacon (2007), são elas que vêm sustentando o Sertão social, cultural e economicamente, pois cuidam da casa, da pequena produção, dos filhos e dos idosos, e ainda ocupam a maioria dos empregos públicos da região. Por cuidar das atividades domésticas e atuarem como professoras, agentes de saúde, auxiliares de enfermagem e líderes comunitárias, a mulher sertaneja conhece profundamente a história do Semiárido. Elas conseguem identificar seus problemas e possibilidades. No entanto, ainda não foram adequadamente valorizadas no processo de planejamento do desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para essa região.

Além desta introdução, este artigo possui uma seção com a apresentação do local da pesquisa e os procedimentos metodológicos para a coleta e análise dos dados. A seção seguinte traz os principais resultados e discussões, considerando duas categorias que emergiram a partir da coleta de dados: uso do espaço e de bens naturais e produção e comercialização. A última seção contempla as considerações finais sobre a investigação.

2. Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa com realização de um estudo empírico na Região do Cariri Oeste, interior do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. A região compõe o território do Semiárido. Com uma área de 1,03 milhão de Km², o Semiárido brasileiro ocupa 12% do território nacional e 53% da região Nordeste (SUDENE, 2021). Aproximadamente 12% da população brasileira, que corresponde a mais de 27 milhões de pessoas, moram em região semiárida (IBGE, 2021). Metade dos estados do Nordeste possuem mais de 85% do seu território no Semiárido, e o Ceará é o estado com a maior porcentagem do território nessa região. As mulheres representam 50,6% da população que reside no Semiárido brasileiro (IBGE, 2021).

A Região do Cariri Cearense, com extensão de 17.417 Km², é composta por 29 municípios e população estimada de 1 milhão de pessoas em 2020 (IPECE, 2021). Porém, metade dessa população está concentrada em três municípios: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, com altos índices de urbanização. O Território do Cariri é conhecido como um “oásis



no sertão” em razão de suas características edafoclimáticas, o que o diferencia de outras regiões localizadas no Semiárido brasileiro. Devido a diferenças econômicas, sociais e ambientais que compõem a Região de Planejamento do Cariri o governo do estado do Ceará subdivide a região em três microterritórios: Cariri Central (11 municípios), Cariri Leste (08 municípios) e Cariri Oeste (10 municípios) (Quadro 1). Sendo o Cariri Oeste, dentre os três, o microterritório que abriga os municípios com os maiores índices de pobreza no espaço rural, baixo acesso a serviços públicos básicos e pouco dinamismo econômico.

Quadro 1 - Microterritórios do Território do Cariri

Microterritório	Área	População	Municípios
Cariri Central	6.384 Km ²	672.233	Abaiara, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Várzea Alegre
Cariri Leste	3.589 Km ²	205.656	Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras
Cariri Oeste	6.360 Km ²	157.829	Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPECE (2021)

A região do Cariri Oeste foi escolhida para a realização desta pesquisa em razão de ter sido alvo do Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire, entre os anos de 2017 e 2021. O Projeto Paulo Freire foi fruto de um acordo entre o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Para acessar os dados de interesse da pesquisa foi utilizado o método da história oral de vida. A história oral de vida consiste na narrativa da experiência vivida por uma pessoa, onde o intuito é identificar não apenas os percursos individuais narrados, mas também processos coletivos (MEIHY, 2005). Deve ser entendida como método de pesquisa histórica, antropológica, sociológica voltado ao estudo de acontecimentos históricos, de instituições, grupos sociais, profissionais, movimentos e outros (ALBERTI, 1990). O instrumento primordial para a coleta de dados no método da história oral de vida é a entrevista, portanto o instrumento de coleta de dados consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturado. A proposta de um roteiro semiestruturado é a de construção de questões-guia. Sendo que, durante a aplicação do roteiro, a partir das observações, falas e posturas de cada entrevistada, novas



perguntas foram sendo introduzidas, o que trouxe uma singularidade para cada entrevista aplicada.

A fim de identificar as mulheres a serem entrevistadas, realizou-se um primeiro contato com técnicos de extensão agrícola vinculados ao Projeto Paulo Freire. Por indicação de um desses técnicos foi feito o acompanhamento do 9º Encontro do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste, com duração de um dia, em outubro de 2018. A partir desse primeiro contato com mulheres participantes do Fórum, foram agendadas as primeiras visitas às comunidades, que ocorreram de novembro de 2018 a julho de 2019. Após os primeiros contatos, novas participantes foram acionadas a partir de indicações das mulheres já entrevistadas, com uso da técnica bola de neve (snowball). A bola de neve é uma técnica não probabilística para coleta de dados contínua que é finalizada quando se aproxima da saturação. Por meio de “sementes” (informações-chave e documentos norteadores) localiza-se o grupo que possui o perfil desejado (testemunhas privilegiadas), esse grupo, por sua vez, indicará novos grupos e contatos de sua própria rede social. Ao todo foram realizadas 32 entrevistas em comunidades rurais dos 10 municípios do Cariri Oeste.

Todas as entrevistas foram transcritas. A princípio foi feita uma pré-análise, com a leitura de todas as transcrições e notas, destacando pontos de relevância aparentes. Em seguida partiu-se para uma exploração mais profunda do material. Primeiro o material transcrito foi desagregado, buscando-se identificar palavras e ideias-chave presentes, para posterior reagregação conforme repetição de elementos semelhantes. Por fim, realizou-se o tratamento dos resultados a partir da descrição, inferências e interpretações. Esses resultados serão apresentados na seção a seguir.

3. Resultados e Discussão

Esta seção está dividida em duas partes, conforme categorias que emergiram com a análise das entrevistas. Na primeira são apresentados os relatos das entrevistadas sobre a atual dinâmica de utilização do espaço e dos bens naturais. Já a segunda parte traz os modos de produção e comercialização em que as mulheres entrevistadas estão envolvidas.

3.1. Uso do espaço e dos bens naturais



As comunidades da região pesquisada tradicionalmente têm como principais atividades agrícolas a produção de milho, arroz, sorgo, mandioca e algodão. A partir da década de 1990 as mulheres da região se distanciaram das atividades de monocultivo. As razões para esse distanciamento, segundo as entrevistadas, foram os recursos para investimento em atividades alternativas advindos de projetos por intermédio das associações e um maior acesso à água nas proximidades das residências. Com essas mudanças, muitas mulheres começaram a investir seu tempo e força de trabalho em sistemas diversificados de produção no entorno da propriedade. Um espaço que já era de seu domínio, porém agora utilizado também para a geração de renda.

A plantação de árvores frutíferas e verduras no entorno das residências rurais do Semiárido historicamente são realizadas pelas mulheres, justamente pela proximidade com a casa. Assim como a criação de animais de pequeno porte, como galinhas, bodes e porcos. Animais que podem ser alimentados até mesmo com as sobras de alimentos do consumo doméstico e necessitam de pouca água. Segundo as entrevistadas, anos atrás essa produção era utilizada quase que exclusivamente para consumo doméstico, enquanto o milho e o arroz, após suprir a demanda da família, era comercializado. Porém, a partir dos anos 2000, a produção de hortifrutigranjeiros foi, aos poucos, sendo ampliada, como revelam os relatos a seguir:

Antes era só aqui no quintal que eu plantava uns pés de alface e criava umas galinhas para pegar os ovos. Depois eu fui aumentando, porque já tinha cisterna perto de casa para pegar água. Hoje nós já temos uma produção maior (Entrevistada 29, 45 anos). Como resultado das atividades da associação, um hectare e meio de terra passou a receber irrigação. Nessa área a gente deu preferência a plantar coisas variadas, um pouco de feijão, tomate, alface, couve (Entrevistada 27, 46 anos).

Os dois recortes das entrevistas transcritos acima destacam um elemento importante para as comunidades e em especial para a vida das mulheres, o acesso à água. Conforme relatado pelas entrevistadas, as mulheres eram as principais responsáveis por buscar água para suprir as necessidades domésticas. Porém, muitas vezes, essa água só era encontrada a uma grande distância de caminhada. Esses percursos eram percorridos pelas mulheres, acompanhadas pelas crianças, que traziam a água em latas na cabeça ou com auxílio de algum animal, como o jumento.

Ter água próximo às casas, permitiu com que elas reduzissem o tempo gasto e o esforço físico para acessar esse bem, assim como permitiu com que elas dinamizassem suas produções. O que fez com que, por volta dos anos 2010, a plantação de árvores frutíferas e de hortaliças e a criação de galinhas se tornassem importantes atividades produtivas nas comunidades da



região. Os principais meios de acesso à água, segundo as entrevistadas, se deram pela colocação de bombas para retirada de água de rio ou açude, instalação de cisternas ou escavação de poços.

Aqui é importante destacar a forte relação que as mulheres têm com a água no Semiárido. Por ser uma região com concentração de chuvas em alguns meses do ano e sofrer com períodos consecutivos de estiagem, a mulher assume um papel importante de atriz social responsável pelo provimento da água para beber e cozinhar. Ainda, as mulheres que trabalham com a agropecuária se responsabilizam pela água para uso na agricultura e para a criação de animais de pequeno porte. O papel da mulher no Semiárido também está atrelado ao uso racional dessa água, já que não é encontrada de forma abundante e com a qualidade necessária. Ou seja, essas mulheres possuem papel ativo na busca e no uso da água, porém ainda são colocadas como passivas na elaboração de políticas e programas relacionados ao acesso à água e no planejamento do uso desse bem natural escasso.

A preocupação das mulheres entrevistadas não se limitou apenas ao acesso e uso adequado da água, mas também à valorização e cuidado com o ambiente, com a terra, e à preservação dos bens naturais para os seus descendentes. O que se destacou na fala das entrevistadas foi o sentido de envolvimento com a natureza, o que chamaremos aqui de relações de afeto com a natureza, em oposição a uma visão utilitarista e predatória, onde os bens naturais são vistos como recursos. Isso pode ser percebido no relato da Entrevistada 15:

[...] a natureza, a água, a terra, os animais, são muito importantes para nós, para a nossa vida. Muitas vezes escuto as pessoas falando sobre a natureza como se não fosse parte dela. Mas nós não apenas vivemos e dependemos da natureza, nós somos parte dela, nós também somos da natureza. [...] Eu falo muito para o pessoal aqui de casa, nós precisamos amar a terra, e o que tem nela, porque nós estamos nela e somos dela (Entrevistada 15, 52 anos).

Para as entrevistadas, a natureza faz parte de suas memórias e suas aspirações:

Quando a gente era criança, eu e meus irmãos, meus primos, a gente saía brincando por essas terras todas para comer as frutas, tomar banho de rio brincando [...] a água é fonte de vida (Entrevistada 04, 63 anos).

Eu lembro que quando eu ia para a cidade eu ficava com vontade de voltar, porque era como se lá não fosse o meu lugar. Eu sentia falta dos passarinhos cantando, que era o que me deixava mais feliz. Eu ficava sentindo falta da natureza, até do ar que eu respirava aqui eu sentia falta. [...] Eu só fico com vontade de ir para a cidade quando as coisas por aqui estão muito difíceis, quando falta a água, quando falta as coisas ou quando é difícil trazer algo para cá, mas não sendo isso eu gosto mesmo é de ficar aqui perto da natureza (Entrevistada 26, 49 anos).

E, por essa razão, a natureza precisa ser cuidada “como se fosse um membro de nossa família” (Entrevistada 31, 50 anos), “como parte de quem nós somos” (Entrevistada 14, 49



anos). Esse cuidado se reflete nas suas práticas de trabalho e no uso do espaço, conforme relatado a seguir:

A terra ela é sensível, nem sempre ela produz bem, não que ela [a terra] não consiga, mas é porque falta cuidado nosso. Eu mesma via meu pai, vejo meu marido também, às vezes, arrancando as plantas, queimando, eu digo para não fazer, pois no que é meu mesmo eu não faço. Na parte da horta, que eu cuido, é tudo limpinho, mas sem arrancar ou queimar nada. [...] A gente precisa cuidar da terra porque ela sente e responde (Entrevistada 14, 49 anos).

Eu não gosto de cortar as árvores nativas para plantar outras coisas, acho melhor ir plantando nos cantinhos, onde dá, isso é importante para preservar as árvores e as nascentes. [...] Para mim a horta e o quintal são os lugares mais importantes, porque eu gosto de plantar os alimentos e colher sem agredir e prejudicar o restante. Porque se não for assim, como que os meus filhos e os meus netos, e as outras pessoas vão poder conhecer as plantas, os rios e os animais como eu conheci? Como que as pessoas vão conseguir plantar como eu estou plantando hoje? Porque se a gente não cuidar, alguma hora isso tudo vai se acabar, como a gente já vê acontecendo (Entrevistada 22, 56 anos).

Um acontecimento precisa ser destacado ao observarmos os relatos aqui expostos. O período de realização desta pesquisa coincidiu com uma época de estiagem prolongada na região. Ocorreram secas consecutivas entre os anos de 2012 e 2021. Segundo as entrevistadas, nesse período, várias famílias tiveram que se desfazer dos animais de grande porte, como vacas e bois, pois a água tornou-se escassa, assim como não havia mais pasto para os animais. Também se tornou difícil a manutenção dos monocultivos.

As atividades desenvolvidas pelas mulheres estavam mais adaptadas às características do clima, além de consumirem menos recursos para sua manutenção, o que tornou possível às famílias permanecerem em suas comunidades. Esse é um fenômeno importante no contexto do Semiárido, tendo em vista que até então os períodos de secas prolongadas levavam a um esvaziamento do território, principalmente dos homens. As alternativas agrícolas mais adaptadas e menos agressivas lideradas pelas mulheres permitiram não apenas a permanência delas, mas de suas famílias. Aliado a isso, encontramos também a presença de políticas públicas de transferência de renda como elementos que contribuíram para essa mudança.

Nesse período, as atividades agropecuárias comandadas pelas mulheres passaram a se configurar como a principal atividade produtiva de muitas famílias. Tais fatos corroboram para o que é apontado por Herrera (2016), que as mulheres que realizam atividades agrícolas são atrizes fundamentais para a subsistência socioeconômica das famílias, mas, principalmente para o bem-estar coletivo e para a preservação do meio ambiente. Esse tipo de produção permitiu



uma maior qualidade da alimentação das famílias em um período adverso, porém também se tornou uma importante fonte geradora de renda.

São as mulheres que mais realizam ações para a preservação da biodiversidade nas pequenas propriedades rurais, selecionando espécies de sementes, preservando os cultivos de quintais e criando pequenos animais (BUARQUE, DORDELLY & GARCIA, 2022). E as reivindicações das mulheres estão justamente em alcançar uma produção diversificada e saudável para o autoconsumo e para a geração de renda (SAMPER-ERICE & CHARÃO-MARQUES, 2017). Segundo Buarque, Dordelly e Garcia (2002), o problema está na proporção que essas atividades representam para o meio rural em relação à produção patronal de mercado, o que faz com que os impactos das ações das mulheres para a sustentabilidade do espaço rural sejam localizados e minimizados quando observados contextos mais amplos.

3.2. Produção e comercialização

Como apontado anteriormente, na região pesquisada as principais atividades agrícolas são a produção de milho, arroz, sorgo, macaxeira e hortifrutigranjeiros. O relato das entrevistadas demonstrou a participação ativa das mulheres nos processos de colheita e beneficiamento do milho, arroz, sorgo, macaxeira e outros. No entanto, essa mesma participação não ocorre no processo de comercialização. As dificuldades existentes da “porteira para fora”, que envolvem comercialização e escoamento da produção, não é novidade dentro dos estudos rurais. Mas, para as mulheres, essas barreiras tornam-se ainda maiores. Isso se deve ao fato de que o cultivo desses alimentos é de domínio principal dos homens. Ocorre que, se durante a produção a participação das mulheres é aceita, mesmo que reconhecida como uma ajuda ou atividade secundária, durante a comercialização essa é uma tarefa quase que exclusiva dos homens, já que, na maioria das vezes, envolve o deslocamento para a área urbana.

Ao observarmos os relatos sobre a produção de hortifrutigranjeiros percebemos que estes eram, a princípio, de responsabilidade das mulheres, destinados principalmente para alimentação da família, ou seja, não eram destinados à comercialização. Porém esse foi um espaço em que as mulheres encontram meios de acessarem políticas públicas e recursos. As políticas públicas destinadas a atividades agropecuárias tradicionais, monocultivos e criação de animais de grande porte, eram acessadas principalmente pelos homens, chefes de família, detentores da titularidade da terra. Já os incentivos às atividades alternativas, como quintais produtivos, agroflorestas, sistema de mandalas e produção orgânica, tornaram-se um caminho



para que as mulheres reconfigurassem sua participação na produção agropecuária da região pesquisada.

Com os resultados satisfatórios das atividades, as mulheres passaram a comercializar parte da produção dos pomares, hortas e granjas. Muitas vezes dentro da própria comunidade ou em feiras, permitindo ampliar a renda da família e as redes de contato das mulheres. Políticas públicas para aquisição dessa produção, tornaram-se fundamentais para ampliar os canais de comercialização e consolidar as atividades desenvolvidas pelas mulheres, como foi o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A produção que eu tenho aqui é para consumo próprio, mas o excedente nós vendemos. Nós fornecemos para o PAA e PNAE. As pessoas que sabem também que os produtos não têm agrotóxicos, mandam comprar aqui na comunidade. Esse é um ponto forte para a comercialização. Aqui a gente tem mamão, banana, macaxeira, cebolinha, cheiro verde, berinjela, pimentão (Entrevistada 07, 54 anos).

A partir dessas conquistas, atividades consideradas como próprias do ambiente doméstico, invisibilizadas, passaram a agregar outros membros da família, como filhos e cônjuge, como relata a Entrevistada 21:

Quem cuida aqui da produção sou eu e meu filho. A gente limpa, planta e colhe. Já são 12 anos que a gente produz sem agrotóxico, nós utilizamos biofertilizante e uma mistura de mato e esterco de gado (Entrevistada 21, 53 anos).

Segundo os relatos, essa reorganização da família em torno dessas “novas” atividades produtivas, veio, primeiro, a partir do êxito na comercialização, porém ganhou ainda mais força com as perdas agrícolas recorrentes devido ao período de estiagem prolongada iniciado em 2012. Quanto à comercialização dessa produção, as entrevistadas demonstraram ter maior participação do que na comercialização da produção tradicional. Inclusive com maior autonomia de negociação. No entanto, as entregas e a participação em feiras mais distantes da comunidade ficam geralmente a cargo de seus maridos e/ou filhos.

As atividades que as mulheres têm maior controle e autonomia na comercialização e na renda gerada são as que envolvem algum tipo de transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas, como produção de doces, poupas de fruta e queijo, ou as atividades não-agrícolas, como a produção artesanal. Nesses casos, são elas as principais responsáveis pela comercialização.



Existem dois pontos que precisam ser destacados a partir dessas constatações. O primeiro deles diz respeito ao controle sobre a produção, comercialização e renda. Por vezes, os planos de desenvolvimento buscam prioritariamente promover a geração de renda própria entre as mulheres. Ocorre que muitas vezes, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres estão no controle sobre a renda ou sobre a produção e comercialização.

Ter a própria renda nem sempre é condição suficiente para que a mulher tenha controle sobre ela ou sobre outros recursos. Considerando a distância que pode haver entre acesso e controle, podemos considerar que as mudanças ocorridas na participação das mulheres na atividade produtiva se deram pelas modificações nas condições de acesso (informações, recursos, capacitações), mas, primordialmente pela ampliação da capacidade de controle, seja esse controle individual ou compartilhado com outros membros da família.

O segundo ponto consiste na importância das atividades de comercialização e da participação em feiras e eventos para a construção de autonomia das mulheres. Ao ficarem distantes das atividades de comercialização da produção agropecuária tradicional as mulheres possuíam menores condições de desenvolverem redes de contatos e acessarem capacitações. Os relatos das mulheres entrevistadas demonstram o quanto a possibilidade de comercializarem em feiras e participarem de eventos lhes permitiram desenvolver habilidades, ampliar capacidades e buscar melhorias para si, para outras mulheres e para a comunidade.

No entanto, ficar distante da casa e da família ainda se apresenta como uma barreira, principalmente quando há na casa crianças pequenas, idosos ou doentes que demandam cuidados específicos. E, aquelas que conseguem ir para as feiras e eventos, muitas vezes se veem sobrecarregadas, pois as atividades domésticas continuam sobre sua responsabilidade. Houve relatos em que as entrevistadas disseram que os maridos realizam tarefas domésticas, como cozinhar ou limpar a casa, ainda assim a perspectiva assumida é de que essas atividades são de domínio das mulheres, responsáveis por sua execução ou organização / gerenciamento / distribuição das tarefas. As atividades realizadas pelos homens nesse espaço são categorizadas como ajuda e estes são considerados como menos habilidosos para a execução de tais atividades.

Esses impedimentos à participação das mulheres fora do ambiente doméstico refletem não apenas nas atividades de produção, comercialização e geração de renda, mas também nas atividades sociais e políticas. A exemplo da menor participação de mulheres no Fórum de



Comunidades Rurais do Cariri Oeste em relação ao quantitativo de homens. Mesmo a criação do Fórum sendo o resultado de uma mobilização com importante participação de mulheres.

4. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo resgatar as falas de mulheres trabalhadoras rurais que vivem no Semiárido brasileiro e identificar suas contribuições para repensar as atividades produtivas nessa região. A partir dos resultados encontrados foi possível observar que as mulheres continuam tendo um papel importante para a manutenção da vida no Semiárido. Nos períodos recentes de estiagem as atividades agropecuárias realizadas por essas mulheres contribuíram para a permanência delas e de suas famílias em suas comunidades. Esse é um marco importante para a região, que já vivenciou intensos fluxos migratórios para outras regiões do país. As atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas demonstraram maior capacidade de adaptação à realidade do Semiárido, uso racional dos bens naturais e diversificação da renda familiar.

Cabe também refletir sobre o papel das mulheres no território investigado. A importância que as mulheres tiveram para a manutenção histórica e cultural do Semiárido no passado precisa ser reconhecida e valorizada. E hoje, as atividades e contribuições trazidas pelas mulheres para a continuidade da vida no Semiárido devem integrar os espaços de planejamento e os planos de desenvolvimento para esse território.

Um desenvolvimento que se pretende sustentável deve contemplar relações mais sustentáveis, que respeitem diferentes cenários, diferentes falas e que se apresente próximo o suficiente para aprender. Portanto, a aproximação com as práticas existentes deve preceder a elaboração dos planos de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável não pode ser considerado como um “vir a ser” impositivo, que ocorrerá quando as mulheres forem alcançadas por essas intervenções, pouco dando atenção às alternativas já empreendidas por elas. Também fica explícita a necessidade de elaboração de múltiplas formas de desenvolvimento, pois este não é igualmente entendido e desejado por todas e todos. No caso das mulheres trabalhadoras rurais, elas se deparam com projetos de desenvolvimento liberais e individualistas, ao passo que suas atuações e anseios se voltam para atividades colaborativas, cooperativas e solidárias.

Referências



- ALBERTI, V. (1990). *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BECK, U. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34.
- BOULDING, K. (1966). The economics of the coming spaceship Earth. In: Jarett, Henry (ed.). *Environmental quality in a growing economy*. Baltimore, MD: Resources for the future/John Hopkins University Press.
- BUARQUE, C., DORDELLY, L. E. G. & GARCIA, V. (2002). Comportamento de Gênero nos Assentamentos da reforma Agrária—os casos de Guarani—Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR. In: *Projeto Gênero e Reforma Agrária. Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária*. Brasília: MDA/INCRA/FAO.
- BURSZTYN, M. & BURSZTYN, M. A. (2012). *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CASTORIADIS, C. & COHN-BENDIT, D. (1981). *Da Ecologia à autonomia*. Trad. Luiz Roberto Salinas Forte. São Paulo: Brasiliense.
- CHACON, S. S. (2007). *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1971). *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- GIANNELLA, V. & CALLOU, A. É. P. (2011). A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense. *Cad. EBAPE*, 9 (3), 803-827, set.
- GIDDENS, A., LASH, S. & BECK, U. (1997) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- GORZ, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume.
- HERRERA, K. M. (2016). Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, 15, p. 208-233. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175984.2016v15nesp1p208/33802>
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Semiárido Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=acesso-ao-produto>
- ILLICH, I. (1976). *A convivencialidade*. Tradução: Arsênio Mota. Lisboa: Publicações Europa-América.



- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. (2021). *Perfil das Regiões de Planejamento: Cariri* (2021). <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>
- MEADOWS, D. H. et. al. (1973). *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva AS.
- MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. & RANDERS, Jorgen. (2007). *Limites do crescimento: a atualização de 30 anos*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- MEIHY, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.
- MOSCOVICI, S. (2007) *Natureza: para pensar a ecologia*. Trad. Maria Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad.
- NAESS, A. (1973) The shallow and the deep, long-range ecology movement: A summary. *Inquiry*, 16, 95-100.
- SAMPAIO, C. A. C. (2010). *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: EDIFURB.
- SAMPER-ERICE, A. & CHARÃO-MARQUES, F. (2017). Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, 25 (2), 683–705.
- SCHUMACHER, E. (1973) *Small is beautiful: a study of economics as if people mattered*. London: Abacus.
- SOUSA SANTOS, B. de. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, out., 237-280.
- SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2021). *Delimitação do Semiárido 2021*. <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiariorelatorionv.pdf>